

A DESRURALIZAÇÃO DA CIDADE NO CONTEXTO DE ALTERAÇÃO DO METABOLISMO SOCIAL: O EXEMPLO DO RIO DE JANEIRO DE 1890-1910

Leonardo Soares dos Santos¹

Resumo

Este artigo trata da transformação urbana da cidade do Rio de Janeiro entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do XX, destacando o processo de *desruralização* que se efetua em paralelo. Procuro evidenciar que tal processo marcaria no contexto urbano e suburbano carioca a consolidação da lógica de mercado sobre dois elementos essenciais de uma sociedade: a terra e as necessidades básicas de reprodução de sua população (satisfeitas por meio da obtenção de gêneros alimentícios, principalmente). Para tanto, desenvolvo a análise tendo em vista a chave de leitura possibilitada pelo conceito de metabolismo social.

Palavras-chave: relação urbano-rural; Rio de Janeiro; metabolismo social.

INTRODUÇÃO

Numa bela análise do possível legado do pensamento marxista para a crítica ecológica moderna, Michael Löwy defende, entre outros pontos, que “a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical”.² Isso se deve fundamentalmente à crítica realizada por Marx a um dos princípios estruturantes do produtivismo capitalista, que pode ser melhor traduzido pela “teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza” que tem lugar nesse modo de produção econômica.³ Em termos concretos isto quer dizer que o capitalismo instaura uma ruptura no sistema de trocas materiais entre o homem e o meio ambiente, com claro prejuízo para

¹ Professor Adjunto II do COC/ESR/UFRJ e Pesquisador do Gesthu/UFRJ. Coordena o Núcleo de Teoria Social (NEPETS/UFRJ) e o Laboratório de Movimentos Sociais do NEPP/UFRJ em parceria com o prof. Vantuil Pereira.

² LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p. 20

³ *Ibidem*. pp. 26-27.

ambos. Mas para que isso aconteça é necessário que tal sistema conforme também uma série de mecanismos que garanta a exploração tanto dos trabalhadores quanto da natureza, a um só tempo e sob uma mesma “lógica predatória”.⁴ Marx definirá tal processo como “um sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem”. Por esse prisma o capital consegue imprimir sua obra “civilizatória” na medida em que consegue transformar o meio ambiente e a atividade criadora do homem (trabalho) em mercadorias.

Assim, o tradicional metabolismo entre homem e meio ambiente cede lugar ao metabolismo social do Capital, o qual se apóia nos mecanismos de reprodução de uma economia de mercado.⁵ Como pano de fundo desse cenário - na verdade, como sua condição *sine qua non* – vemos se estruturar as bases do trabalho produtivo próprio do processo capitalista de produção, onde o *trabalho* não é mais um fim em si (que tem como objetivo maior a satisfação das necessidades humanas - o que assim permanece é qualificado de *improdutivo*),⁶ mas que opera agora como “um meio para o processo de valorização do capital”. Conforme assinala Karl Marx, o *trabalho* que então se engendra com a ruptura do metabolismo é aquele “que serve diretamente ao capital como instrumento (...) de sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia”.⁷ Mas esse processo (também chamado de *subsunção real do trabalho ao capital*) é

⁴ Ibidem. p. 30.

⁵ Baseando-me na leitura de trabalhos de István Mészáros e Ricardo Antunes, proponho a seguinte definição geral do metabolismo tradicional ou “pré-capitalista”. Este se constitui num processo de intercâmbio entre homem e meio ambiente, por meio do qual o primeiro produz ou apreende os recursos, conhecimentos e habilidades necessários à satisfação de suas funções vitais (biológicas e sociais, materiais e imateriais) enquanto indivíduo da espécie humana, mas que se vê e se compreende como fazendo parte do meio ambiente. Por isso mesmo, tal modalidade se vê regulada pelo valor de uso e pela necessidade, cujos limites repousam numa peculiar sintonia entre a “alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis”, de um lado, e os “níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes” MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 22. Já no metabolismo social sancionado pelo “sistema de capital” ocorre a total subordinação de todas as funções reprodutivas sociais, que se centram na produção de valor de uso, aos imperativos da expansão constante e ilimitada do valor de troca, ou em outras palavras, “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca – no interesse da autorrealização expansiva do capital.” (p. 23). V. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁶ Neste caso, o “processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformações da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado.” MARX, Karl. “Processo de trabalho e Processo de valorização”, Apud ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 41.

⁷ MARX, Karl. “Trabalho produtivo e trabalho improdutivo” - Apud ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. p. 156.

indissociável da consolidação da oposição entre os agentes do trabalho (*trabalho vivo*) e os agentes do capital (*trabalho objetivado*).⁸

Vejamos como esse fenômeno de caráter geral se expressa concretamente no contexto bem mais específico das transformações urbanas experimentadas na cidade do Rio de Janeiro, atentando para a questão do processo de *desruralização* da área urbana durante a passagem do século XIX para o XX.

OS CAMPOS DA E NA CIDADE

O historiador francês Jacques Le Goff pontua que a dinâmica urbana que vigorava nas grandes cidades da Europa medieval era marcada por uma relação bastante peculiar entre usos urbanos e rurais. A “Cidade” e o “Campo” tinham funções distintas, mas complementares. Havia sim uma fronteira entre tais pólos, mas tratava-se de uma fronteira bastante porosa.⁹ Mas ao contrário do que se possa imaginar, em tal relação vê-se claramente a dominação da cidade sobre o campo. Conforme pontua Le Goff em uma de suas passagens:

“É fácil imaginar que esse espaço de 'liberdades' ligado à cidade se tenha tornado um espaço de dominação do campo pela cidade. É aquele que fornece à cidade o grosso do que ela consome, do que ela revende. Em Besançon encontra-se por vezes, significativamente, *vignoblium* (vinhedo) como equivalente de *territorium* – espaço do endividamento tanto dos senhores quanto dos camponeses em face dos burgueses da cidade; espaço onde outros cidadãos que não os burgueses fazem sentir o peso de sua dominação econômica e social. Não esqueçamos o poder exercido sobre os campos suburbanos pelos senhores eclesiásticos urbanos.”¹⁰

As tentativas por parte de administradores de algumas cidades em estabelecer normas e regras mais rígidas entre os “dois mundos” por meio de decretos e posturas logo caíam em esquecimento sob o peso de uma prática cotidiana onde rural e urbano se misturavam. Sublinha ainda Le Goff que tal

⁸ A relação intrínseca entre tal processo e uma certa dinâmica de relações sociais encontra-se bem sintetizada nessa passagem de Marx: “Trabalho produtivo não é senão expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que, em si, é capital, que está destinado a funcionar como capital e que, como capital, se contrapõe à força de trabalho.” - *Ibidem*, p. 163

⁹ LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Ler também WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁰ LE GOFF, Jacques. Op. cit., p. 62.

característica só viria a perder fôlego no século XIX: é quando se inicia o processo de *desruralização* das cidades.¹¹

Fernand Braudel, apresenta essa interessante descrição a respeito das funções agrícolas desempenhadas por alguns dos principais núcleos urbanos da Europa, já na “Idade moderna”:

“[...] até o século XVIII, mesmo as grandes cidades conservam atividades rurais. Abrigam pastos, guardas rurais, lavradores, viticultores (até em Paris); têm *dentro* e *fora* das muralhas um cinturão verde de hortas e pomares e, mais longe, campos por vezes repartidos em três folhas, como em Frankfurt-am-Main, em Worms, na Basileia ou em Munique. Na Idade Média, o barulho do mangual pode ser ouvido em Ulm, Augsburg ou Nuremberg, até as imediações da *Rathaus*, e os porcos são criados nas ruas em liberdade, tão sujas e tão cheias de lama que é preciso usar andas para atravessá-las ou fazer pontes de madeira de um lado para o outro. Na véspera de uma feira, em Frankfurt, cobriam-se às pressas as ruas principais com palha ou aparas de madeira. Quem poderia pensar que em Veneza, ainda em 1746, foi preciso proibir a criação de porcos “na cidade ou nos mosteiros”.¹²

E na cidade no Rio? Veremos que o quadro não era tão diferente assim.



O número de hortas próximas e no interior do coração da cidade ainda é considerável... em fins do século XIX. “Morro do Castelo”, Rio de Janeiro. Victor Meirelles, c. 1885.

OS CAMPOS DA URBE CARIOCA

¹¹ LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988. pp. 32-33.

¹² BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 446.

Quando passamos a olhar mais detidamente o caso do Rio de Janeiro no período da chamada *Belle Époque* (passagem do século XIX para o XX), podemos ver o quanto o seu urbanismo ainda era influenciado pela matriz européia de raiz medieval. O fato do Rio de Janeiro ter como principal referência urbanística a cidade de Lisboa, cuja configuração era marcadamente inspiradas em princípios medievais, contribuiu para o fomento de uma coexistência de usos urbanos e rurais no perímetro urbano.¹³

A mistura de usos urbanos e rurais é reveladora.¹⁴ Ao invés de fronteiras rígidas, o que se tinha era um grande vaivém entre esses diferentes usos, entre essas diferentes modalidades de relação dos agentes humanos com o meio ambiente. Em lugar de uma oposição absoluta, uma relação de complementaridade, vendo-se em diversos momentos um se debruçando sobre o outro.

Tal coexistência era própria do metabolismo das cidades que vigoraria por toda a *era moderna*.¹⁵ É bastante emblemática a justificativa apresentada pelo governo português para excluir as rendas oriundas das atividades agro-pastoris da cobrança da décima urbana ainda no período colonial: para que “pesem o menos que se possa à agricultura, verdadeiro e o inesgotável manancial da riqueza dos Estados”.¹⁶ Nesse sentido, a cidade acolhia perfeitamente as atividades agrícolas como parte integrante da dinâmica urbana.

Como veremos a seguir, esse metabolismo muda radicalmente a partir do momento em que se vêem consolidadas as bases de uma economia de mercado,

¹³ Moses Finley vai mais longe ao afirmar que tal perspectiva (integração entre usos urbanos e rurais) era marcante na paisagem urbana das cidades da Grécia Antiga, sob a hegemonia de Atenas. Segundo ele, a cidade e o campo constituíam uma unidade, “não como variáveis distintas em competição ou conflito, real ou potencial. Inclusive os agricultores que viviam fora da cidade, estavam integralmente na *polis*.” - In: FINLEY, Moses I. **La Grecia Antigua**. Economía y sociedad. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 37. Sobre as cidades portuguesas medievais - ANDRADE, Amélia Aguiar. **Horizontes urbanos medievais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. Se voltarmos um pouquinho na história da cidade teremos a oportunidade de conhecer uma figura como Antonio Salema que, segundo nos informa o historiador Adolfo Rios Filho, tinha como principal objetivo durante a sua administração como governador do Sul do Brasil, a partir de 1753, fomentar a agricultura na cidade do Rio de Janeiro, pois “como homem prático, compreendeu necessitar a cidade de viver do campo”. RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. “Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1699)”, **Revista do IHGB**, v. 288, julho-set. 1970. p. 229.

¹⁴ Ver a esse respeito o instigante trabalho de RODRIGUES, Vitor Lima. **Revisitando os semeadores de cidades**: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.

¹⁵ Retomo aqui uma expressão de Benchimol (p. 84). Ver também LOWY, Michael. op. cit.

¹⁶ CAVALCANTI, Nireu. **A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro**: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810). Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 1997. p. 411.

a qual engendrará um setor específico que atuará sobre o controle da terra: o mercado imobiliário.¹⁷ Fenômeno este que traduz concretamente a transformação da terra em mercadoria. Até então, as necessidades de abastecimento da sociedade, por exemplo, eram reguladas pelo costume e por certos mecanismos tradicionais que atuavam diretamente sobre a produção. Com o mercado imobiliário, a terra se voltará quase que exclusivamente (assim como o trabalho, também transformado em mercadoria) para a satisfação das necessidades não da organização social mais ampla, mas da economia de mercado, ou melhor dizendo, do Capital e de todo o sistema social que lhe sustenta.

Sem esse mercado, as cidades viabilizavam o abastecimento de sua população a partir de uma dinâmica em que rural e urbano coexistiam. Esta pode ter sido uma boa razão para o fato de terem sido estabelecidas tantas chácaras no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro. Os historiadores Vieira Fazenda e Vivaldo Coaracy informam em seus trabalhos sobre um sem número de chácaras que ocupavam o núcleo urbano *original*, destacando-se as das ordens religiosas como a dos beneditinos (Morro de São Bento), a dos jesuítas (Morro do Castelo) e a dos franciscanos (Morro de Santo Antônio). Paulo Berger nos conta que famosos logradouros existentes até hoje foram originalmente construídos para dar acesso a algumas dessas propriedades. A rua da Quitanda era antigamente o caminho que levava à chácara dos frades de São Bento.¹⁸ Ainda no século XIX, podiam ser encontradas, conforme atestam documentos da administração local, várias “casas com horta e quintal e chácara”, junto de casas de vivenda, lojas, armazéns, açougues, trapiches, cocheiras, senzalas, casas de banho etc.¹⁹ Outro exemplo ilustrativo é o da antiga e célebre rua de Mata Porcos.²⁰

Aliás, a toponímica da cidade é bastante reveladora das influências medievais que atuaram na conformação urbanística da cidade – e configuração esta bastante marcada pelas atividades agrícolas. Além da rua da Quitanda,

¹⁷ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. pp. 84-85.

¹⁸ BERGER, Paulo. **Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro – I e II Regiões Administrativas (Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed. Ltda, 1974. p. 32.

¹⁹ CAVALCANTI, Nireu. Op. Cit. p. 418.

²⁰ Prefeitura do Distrito Federal. **Revista da Diretoria de Engenharia**. Ano III, nº 11, julho de 1934. p. 36.

tínhamos até o início do século XX o Largo do Capim, a rua das Flores, a rua das Mangueiras, a rua do Alecrim, a Travessa das Vacas e rua das Marrecas.²¹

Mas tal marca agrícola era cruzada por um sem número de contradições. Assim como tantas outras cidades do Brasil e da América Latina como um todo,²² a cidade sofria desde os tempos coloniais com a precariedade do sistema de abastecimento de gêneros. Ela não possuía meios e nem condições de transporte adequados nem para contatos com regiões limítrofes ao centro, quiçá com regiões especializada na produção de gêneros. Além disso, não se pode deixar de levar em consideração o estágio tecnológico da época, o qual influía nas formas de distribuição e comercialização dos alimentos, sem contar que não havia ainda métodos de conservação dos alimentos mais rapidamente perecíveis. Em razão disso, a pequena produção agrícola de auto-abastecimento se apresentava como altamente necessária. Era também a forma possível no horizonte daqueles tempos. Nelson Omegna, enfocando a conjuntura colonial, procura formular assim a questão:

“Os proprietários rurais, eventuais moradores dos núcleos urbanos, tenderam a transferir para estes os seus programas de auto-suficiência, transportando e aproveitando parcelas de sua produção rural, e mesmo instalando, em escala reduzida, no próprio meio urbano, a produção de alimentos. (...) Os quintais das chácaras da periferia, e mesmo as residências mais centrais, teriam seus pomares, suas criações de animais domésticos e suas hortas. Crônicas e documentos mencionam, com freqüência, as vantagens dos pomares urbanos, em especial os dos conventos, que se espalhavam em torno dos núcleos principais.”²³

Tamanha era a dificuldade do abastecimento de alimentos, que até os funcionários da Fazenda Real eram forçados a ser lavradores ou agricultores.²⁴ Além disso, não esqueçamos que as atividades agrícolas movimentavam um significativo comércio no espaço urbano, basta pensarmos, por exemplo, nos meios de transportes da época, todos movidos por força animal. Como alimentá-los? Onde guardá-los? Ao menos no início do século XIX havia, comprovadamente, 115 chácaras no centro da cidade, instaladas especialmente para satisfazer tais necessidades. Todas elas dotadas de pastagens e estrebarias e local para guarda de eqüinos e veículos. Tal era a importância desse comércio

²¹ MELLO, Mello. **História da trasladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872. Acrescente-se a isso os nomes de localidades mais distantes da cidade, mas que ecoam o mesmo legado: Engenho Velho, Engenho Novo, Engenho de Dentro, Engenho da Rainha, Realengo, Campo Grande, Campinho e Laranjeiras.

²² Sobre o caso de Buenos Aires ler FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EdUFF, 2006.

²³ OMEGNA, Nelson. Op. cit. p. 44.

²⁴ Idem. p. 149.

que na visão do historiador Nireu Cavalcanti, “possuir uma cocheira na área mais construída e central da cidade, representava ‘status’ social só compatível com o nível de negociantes de ‘grosso trato’(...)”. O mesmo autor lembra ainda que o comércio de gramínea era tão rendoso a ponto de um logradouro da cidade passar a ser chamado de Largo do Capim.²⁵ Gilberto Freyre sustenta que os arredores do Rio, assim como os de Recife e Salvador, foram se tornando, “na primeira metade do século XIX, principalmente áreas de plantação de capim ou forragem para o crescente número de animais a serviço dos ricos das cidades.”²⁶



Anúncios de animais em fins do século XX no Jornal do Commercio.

É possível encontrarmos vários anúncios de chácaras nas proximidades da cidade nas primeiras décadas do século XIX. Havia exatamente “huma chácara sita em Mattaporcos”, segundo a *Gazeta do Rio de Janeiro* de setembro de 1816.²⁷ Anos depois o seguinte anúncio era publicado:

“Vendem-se as bemfeitorias de huma grande chácara sita adiante do *Engenho Velho*, com boa caza de vivenda, senzalla para pretos, bastante capim plantado, muito arvoredo de espinho, e outros de diversas frutas, rio por dentro de excellente agoa, duas carroças, e quatro bestas, quem a pertender (sic) dirija-se a rua do Cano na caza Nº 46, à esquerda hindo para cima.”²⁸

A região sul da cidade (os atuais bairros de Botafogo, Catete e Glória) também era ocupada por inúmeras chácaras que vinham sendo retalhadas a partir das primeiras décadas do século XIX. As demais classes, com pouco poder de mobilidade, como trabalhadores livres e escravos de ganho, se apertavam cada vez mais nas freguesias urbanas mais centrais, especialmente as de Santa Rita e Santana. Alguns anos mais tarde, as áreas de São Cristóvão, Tijuca e Glória, antigos arrabaldes da corte, passam a ser tão procurados pelas classes

²⁵ CAVALCANTI, Nireu. *Op. Cit.* p. 423.

²⁶ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* p. 405.

²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 21 de setembro de 1816. p. 4.

²⁸ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 14 de julho de 1821. p. 8.

mais ricas para estabelecerem residências fixas que são transformadas em freguesias urbanas. Há uma passagem bem ilustrativa de um romance de Machado de Assis, *A mão e a luva*, que toca exatamente sobre esse tema. Aqui Machado descreve o local onde morava um grande amigo de Estevão, o protagonista da estória e que sinaliza bem o tipo de região que vai sendo adotada como local de moradia da aristocracia da cidade: “A casa de Luís Alves ficava quase no fim da praia de Botafogo, tendo ao lado direito outra casa, muito maior e de aparência rica. A noite estava bela, como as mais belas noites daquele arrabalde.”²⁹ Em outro momento, ao narrar um pouco da vida de Luís Garcia, o protagonista de *Iaiá Garcia*, Machado de Assis acaba dando alguns detalhes sobre sua chácara em Santa Tereza: “eram as poucas braças de quintal que Luís Garcia percorria e regava todas as manhãs. Erguia-se com o sol, tomava do regador, dava de beber às flores e à hortaliça.”³⁰

Os literatos nesse caso pareciam tão somente se inspirar numa paisagem realmente existente da cidade. Os anúncios imobiliários do *Jornal de Commercio* de meados do XX são bem ilustrativos. Leiamos um deles:

“BONITA CHACARA NA RUA DO ANDARAHY-GRANDE N 28 - toda plantada com arvoredos fructíferos, a qual tem de frente 89 braças compreendendo o rio de água corrente, que passa no centro della, de fundo 178 braças pelo lado que divide com os herdeiros do fallecido tenente Manoel Joaquim Ribeiro Barbosa, 125 ½ braças pelo lado que divide com os herdeiros do fallecido Fernando José de Souza, e 45 braças nos fundos que divide com os herdeiros do fallecido José Maxwell

GRANDE CASA ASSOBRADADA

para vivenda, tendo grandes aposentos e muitos cômodos para família, cocheira, cavallariças, quartos para criados e escravos, etc., etc. excellente prédio de dous andares edificados em terreno próprio...”³¹

Eram em tais chácaras que setores da elite satisfaziam suas necessidades de consumo. Para tanto contavam com o largo emprego de mão de obra escrava. Comentando sobre as atividades desenvolvidas pelos “escravos domésticos” no século XIX, Jaime Benchimol lembra que nas chácaras urbanas, “a execução dos serviços domésticos ligados à economia natural doméstica – cozinhar, tecer etc. - combinava-se com a produção agrícola de subsistência que podia ser comercializada, entrando, assim, no circuito do abastecimento de gêneros alimentares à cidade”.³²

²⁹ ASSIS, Machado de. *A mão e a luva*. São Paulo: Catania editora, s.d. p. 31.

³⁰ ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. São Paulo: Ática, 1973. p. 8.

³¹ *Jornal do Commercio*, 2 de junho de 1876. p. 8.

³² BENCHIMOL, Jaime Larry. op. cit., p. 127.

É significativo que ao analisar os anúncios do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XIX, Gilberto Freyre verifique que a “arquitetura nobre nas ruas do centro da cidade” não era apenas constituída de tetos de estuque, dos papéis de forro, das varandas de ferro, mas também de cocheiras, de jardins e de hortas.³³

Mas tal tipo de atividades agrícola ainda era importante na virada do século XIX para o XX? É provável que sim, mas certamente não com a mesma intensidade encontrada de outrora. A valorização imobiliária do centro, a eletrificação dos bondes em 1906 (um duro golpe para os comerciantes de capim e donos de estrebarias) e a própria repressão proporcionada pelas posturas municipais contra as atividades agrícolas no meio urbano foram gradativamente fazendo recuar as chácaras para os chamados arrabaldes. Ao passo que ainda eram abundantes, no início do século XX, em lugares como Botafogo, Leblon, Laranjeiras, São Cristóvão e Engenho Velho, elas foram se tornando escassas no centro da cidade. Embora ainda bastante visíveis nos altos de morros como o do Castelo, São Bento, Santo Antônio e Santa Tereza. Contudo, não se pode descartar a hipótese de que houvesse várias outras chácaras, só que bem menos visíveis, no fundo de prédios e terrenos. Mesmo porque havia ainda no centro inúmeras construções identificadas como tipicamente rurais, os chamados casarões e chalés. Aliás, neste ponto tocamos numa questão importante: o rural se expressava não apenas nos usos, mas era associada a determinados tipos de construção.³⁴

Em vários casos os dois aspectos se misturavam: a construção rural dava ensejo a práticas rurais em seu interior. Os antigos casarões tinham bastante espaço em seus fundos, bastante convidativo para a realização de alguma cultura, ainda mais se levarmos em consideração que a obtenção de gêneros era uma questão problemática na época (carestia, escassez, baixa qualidade dos produtos oferecidos). O que impedia alguém de aproveitar o espaço daquele pátio ou quintal para plantar algo que complementasse as suas refeições, como uma fruta depois do almoço, sem contar as vantagens de uma boa sombra oferecida pelas árvores frutíferas, detalhe nada desprezível numa cidade tão quente e abafada como o Rio de Janeiro? Bem a seu estilo, Gilberto Freyre comenta o

³³ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 331.

³⁴ Ver a respeito OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971. p. 23.

assunto: “Havia sempre nos jardins das chácaras, um parreiral, sustentado por varas ou então colunas de ferro: parreiras com cachos de uva doce enroscando-se pelas árvores, confraternizando com o resto do jardim. Recantos cheios de sombra onde se podia merendar nos dias de calor”. Com base em relatos de Gastão Cruis, aquele autor destaca

“terem sido o regalo dos garotos que cresciam na antiga Corte e recém-criada Capital Federal, o cambucá, o abiu, a grumixana, o cajá, a manga, o sapoti, a fruta-do-conde, o jambo-rosa, o jambo-de-carço – frutas, quase todas, que se encontravam nas árvores dos vastos fundos de sítios ou simplesmente de quintais das casas da maior parte da burguesia brasileira do fim do Império e do começo da República.”³⁵

Para além das necessidades de consumo os jardins das chácaras e sobrados das elites escravocratas cumpriam um importante papel de ostentação e reafirmação de poder. Freyre nota que com o passar do Novecentos eles vão se destacando do espaço da horta e do pomar, voltando-se para a consagração de valores civilizacionais europeus.

“Wetherell observou na Bahia, onde residia durante a primeira metade do século XIX, que na velha cidade tornara-se moda o jardim em torno às casas. Onde, outrora, só se viam poucas plantas, alguns abacaxis, algumas roseiras, começaram a surgir jardins afrancesados. Da França haviam chegado jardineiros com plantas européias e exóticas, principalmente roseiras. De Portugal vinham importando algumas pessoas, delicadas camélias plantadas em cestas. [...] Realmente, um dos aspectos mais ostensivos da reeuropeização do Brasil, após a chegada ao Rio de Janeiro da Família Real, foi esse culto exagerado de plantas e flores européias, com sacrifício das tropicais, nativas ou já aclimadas entre nós.”³⁶

Mas atentemos melhor para esse aspecto: a incorporação das chácaras urbanas pelo capital imobiliário. Geralmente quando se trata de analisar a expansão urbana da cidade, o pesquisador do assunto é tentado a concentrar sua atenção sobre as chácaras e sítios que vão sendo parcelados nos arrabaldes e subúrbios. Entretanto cabe destacar que esse processo se inicia no próprio centro da cidade. E é nesse tipo de território que a expansão da urbanização, que nada mais é do que a expressão do desenvolvimento do capitalismo no espaço da cidade, revela com maior nitidez alguns aspectos específicos desse modo de produção social e espacial. Nessa conjuntura, o metabolismo das cidades - que antes se pautava numa coexistência entre rural e urbano - passa a se apoiar na tentativa ininterrupta de reformulação de toda a estrutura material da cidade e das

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 202.

³⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. p. 137.

tramas sociais que ela acolhe com o objetivo de transformá-las em meios integralmente voltados para a satisfação das necessidades do Capital, ou seja, a cidade aqui passa a ser entendida não mais do que um meio de produção. Ocorre com ela um processo em muito semelhante ao descrito por Karl Polanyi em relação ao trabalho e à terra: tal como esses dois elementos, a cidade é incluída nos mecanismos de mercado, o que implica que a partir de então seu destino e a sua própria substância são subordinados às leis de mercado.³⁷



Uma das inúmeras chácaras que circundavam o centro do Rio no início do XIX. “Casa de Chamberlain no Catete com Pão de Açúcar ao fundo”, Rio de Janeiro. Henry Chamberlain, c. 1820.

DESRURALIZAÇÃO ENQUANTO DISTENSÃO DO METABOLISMO

O caso do Rio de Janeiro de final do século XIX é extremamente representativo. Não só as chácaras que circundavam a cidade, como as que estavam em seu interior são retalhadas, descaracterizadas ou mesmo suprimidas em função dos imperativos do crescente mercado imobiliário. De meio de satisfação de necessidades sociais, as chácaras se tornam meras mercadorias. Mas para que isso ocorresse, era preciso liberar, no sentido mais literal que essa palavra possa ter, um outro fator de produção: a mão de obra. Não é uma simples coincidência que as chácaras urbanas – que eram movidas pelo trabalho escravo – passassem a desaparecer do cenário urbano quase que na mesma época em que se consolida a expansão de um mercado de mão de obra baseado no trabalho livre-assalariado, o que se vê com maior nitidez a partir da década de 1870. O processo de constituição do mercado imobiliário (a mercantilização da terra) é quase que o seu equivalente em termos espaciais. E tal processo de metabolismo social, típico do capitalismo, pode ser pensado, segundo Karl Marx,

³⁷ POLANYI, Karl. Op. cit., p. 84.

como um “sistema de exploração geral das propriedades da natureza e do homem”, por meio da qual se estabelece “uma rede que engloba todos os membros da sociedade”.³⁸

Nesse contexto, temos que além do trabalho, da terra e do próprio dinheiro, até mesmo as necessidades mais vitais do homem são transmutadas em mercadorias. Falemos agora de uma das mais elementares: a necessidade do homem em se alimentar. Vejamos como as modificações do metabolismo social, provocados pela ascensão das relações de produção capitalista que têm lugar na cidade do Rio de Janeiro naqueles anos, repercutem sobre o modo com que boa parte de quem vivia nela buscava obter os gêneros necessários a sua subsistência.

O comércio ou simples criação de animais, assim como o cultivo de gêneros agrícolas, era ainda bastante presente no centro da capital em fins do século XIX. Vendedores de perus, porcos, galinhas, passeavam com suas crias pelas ruas da cidade. Eles constituíam o chamado comércio ambulante da cidade, o mesmo que a partir do governo Pereira Passos sofreria forte repressão. Mas o que mais se destacava no comércio desse gênero – o de alimentos de origem animal -, que segundo palavras de Luiz Edmundo era “o mais vergonhoso de todos esses ambulantes do começo do século”, era o leiteiro, sempre acompanhado de sua “esquelética vaca”, segundo palavras do cronista. Vejamos como o autor busca caracterizar tal atividade – e que dá bem a dimensão da forma como os poderes públicos viam a questão no início do século:

“O vendedor de leite, que usa barba passa-piolho e tamancas, é dos primeiros ambulantes a surgir na rua mal-desperta, puxando por uma cordinha curta o ruminante de seu comércio, magro e pachorrento, duas ou três chocalhantes campainhas dependuras ao pescoço bambo e pelancudo. E logo o homem da ajudância no serviço, atrás, ordenhador astuto da alimária, mágico avisado, capaz de transformar, à vista do freguês, sem que esse perceba, a água que está dentro de múltiplas vasilhas, em leite, e do melhor! Vem, depois, o bezerro, de focinheira de couro, esfaimado e tristonho, preso à cauda da sua pacata genitora. Quem pensar que ele, entanto, no quadro, serve apenas como elemento decorativo, engana-se, porque, quando a mão do ordenhador já não mais ordenha o leite recalitrante, empacado na glândula mamária da leitera, lá vem o bezerrote para o trabalho da sucção, que é tanto mais violento quanto maior é a ânsia do triste em libar o alimento que tanto lhe recusam. Com três ou quatro arrancadas vaza a teta, mas logo a focinheira de couro lhe chegam de novo, para que possam, aí, entrar em função: a mão calosa do vendedor, a vasilha da água e a vasilha do leite...”³⁹

³⁸ Apud. LÖWY, Michael. Op. cit., p. 25.

³⁹ EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro de meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. pp. 57-58.

Relato também rico é o de Gilberto Freyre em seu *Ordem e Progresso*, com base em depoimento oferecido a ele por Joaquim Amaral Jansen. Aqui ele testemunha o quanto a venda de leite tirado diretamente da vaca se integrava no chamado comércio ambulante da cidade:

“Joaquim só avistava da rua o que a rua lhe levava até ao portão ou à varanda ou às janelas da casa. Não era pouco mas ele agora começava a descobrir que não era tudo. Era o leiteiro, quase sempre chamado Manuel, bigodudo e português, vendendo a dois vinténs o copo de leite, tirado na própria rua do peito da vaca: leite talvez contaminado pela mão nem sempre limpa do portuga; mas fresco e de ordinário sem água. Era o vendedor de perus, trazendo suas aves sobre enormes varas de bambu: ‘perus de boa roda’, se apregoava naqueles dias.

(...) Também à porta da casa de Joaquim vinha o vendedor ou freguês de verdura, com balaios ou cestas, sustentados por compridas varas que o vendedor punha aos ombros, à maneira madeirense; e das cestas transbordavam legumes frescos e alguns cheirosos, com todo o seu esplendor de vermelhos, verdes, amarelos. Vinha o vendedor de frutas. Vinha o de peixe. Vinha o de camarão. Vinha o de galinhas. Cada um com seu pregão, com seu tipo de cesto, com seu cheiro que da rua chegava às casas.”⁴⁰



A boiada passando pelos arcos. “Arcos da Lapa”, Rio de Janeiro. Richard Bate, c. 1820.

Embora fosse grande o seu trânsito no centro do Rio, parece que pouco a pouco a maior parte das vacas que forneciam o leite fresco aos consumidores passou a ser criada em estábulos localizados em lugares mais afastados dos subúrbios. Quanto mais se avança nas primeiras décadas do século XX, podemos notar que vão escasseando pouco a pouco os anúncios de aluguel de estábulos e pastos no centro da cidade. Tal criação é terminantemente proibida pelo governo Pereira Passos por meio dos Decretos nº 370 e nº 376 de janeiro de 1903.⁴¹ Ficava então determinada a proibição da ordenha de vacas nas vias públicas, além de proibir também a adição de substâncias estranhas, tornava obrigatória a

⁴⁰ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, pp. 87-88.

⁴¹ BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.*, p. 311.

vacinação com tuberculina desses animais e imprimia instruções mais rigorosas para a fiscalização dos estábulos, não apenas da zona urbana como das zonas suburbanas e rurais da cidade. Ainda está por vir a lume pesquisas que demonstrem efetivamente se tais leis e normas foram seguidas e cumpridas na prática, quanto mais em se tratando de áreas afastadas da zona urbana. De toda forma, o caso de José Gonçalves Cardozo, “proprietário do estabulo sito à rua 4 de Dezembro nº 2 (Villa Ipanema) freguesia da Gavêa”, isto é, bastante distante da área central da cidade, parece-nos no mínimo instigante. Em 29 de agosto de 1906, ele escreveria ao Prefeito Pereira Passos pedindo

“para que seja as vaccas do referido estab. Vaccinadas, outros sim, também pede relevação da multa que pagou como se vê do talão que junta a esta por não têr pedido a vacinação a mais tempo, porém, o supp. pede venia para ponderar a Vex que se não providenciou a mais tempo n'este sentido, foi unicamente por absoluta ignorancia e não por desrespeito as leis do Paiz, porquanto, a Supp. É estrangeira, e n'esta qualidade nunca procurou desacatar as autoridades constituídas.”⁴²

Situação parecida se daria em relação a criações de outros animais. Galinhas, perus, cabritos, como eram de muito menor porte – embora não tão pacatos quanto às vacas – ainda tinham condições de serem criados em chácaras, quintais e pátios situados no perímetro urbano. É possível que alguma criação desse gênero tenha ocorrido em alguns cortiços, a exemplo de alguns *coventillos* em Buenos Aires.⁴³ Aluísio de Azevedo deixa levemente entrever essa possibilidade ao narrar uma situação que se passava nos fundos do cortiço de João Romão:

“Desde que a febre de possuir se apoderou dele totalmente, todos os seus atos, todos, fosse o mais simples, visavam um interesse pecuniário. Só tinha uma preocupação: aumentar os bens. Das suas hortas recolhia para si e para a companheira os piores legumes, aqueles que, por maus, ninguém compraria: as suas galinhas produziam muito e ele não comia um ovo, do que no entanto gostava imenso; vendia-os todos e contentava-se com os restos da comida dos trabalhadores”.⁴⁴

Num texto de 1886, intitulado *Os meios de melhorar as condições das habitações destinadas às classes pobres*, Vieira Souto chega a apontar para esta situação encontrada nos cortiços. É claro que o faz sob um viés claramente pejorativo:

⁴² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **Requerimentos**. fl. 123. Para o infortúnio de José Gonçalves, mesmo após “apellar” para o “caracter justiceiro” do Prefeito, teria seu requerimento indeferido pouco menos de um mês depois.

⁴³ Ver a respeito VAZ, Lílian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

⁴⁴ AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 1997. p. 24.

“... aos cortiços não faltam somente ar e luz; a escassez do espaço; a ausência de distribuição racional de arranjos interiores; a péssima qualidade dos materiais de que são construídos; a falta absoluta de drenagem do solo e edifícios; a insuficiência d’água, latrinas e esgotos; a singular convivência que não raro estabelecem os inquilinos com galinhas e porcos; e mais que tudo a aglomeração dos indivíduos, só comparável à dos animais nos estábulos, transformam estes tristes abrigos das classes proletárias da capital do Império em repugnantes pocilgas, que não parecem habitações da pobreza laboriosa, porém antros de miséria e degradação...”⁴⁵

Apoiado em testemunhos da época, Gilberto Freyre comenta que as primeiras “cabeças-de-porco” da cidade - isso em torno da década de 1880 - tinham “espaços livres quase ridículos, de tão pequenos”, mesmo assim era nesse mesmo local “onde se lavava roupa, se criava *suíno, galinha, pato, passarinho.*”⁴⁶ O próprio *Cabeça de Porco*, o célebre cortiço localizado próximo ao Morro da Providência, informa-nos Lílian Fessler Vaz, tinha no seu interior “um armazém, várias cocheiras e galinheiro”. Acrescenta a autora que uma “reportagem publicada 30 anos após a demolição” informava que havia ainda “bandos de crianças e todos os tipos de animais domésticos”.⁴⁷

A criação de animais também era muito comum entre as “classes abastadas”. Na verdade, ela se dava principalmente nos seus sobrados. Nota Gilberto Freyre que

“Menor foi, talvez, a diferenciação social estabelecida através do animal que através da planta de jardim e de horta. Mas sem que tenha deixado de se processar. O cão de raça – grande, feroz, ladrador, gordo, bem nutrido – veremos em capítulo próximo que foi animal caracteristicamente de sobrado: espécie de expressão viva, máscula e útil dos leões ou dragões de louça ostentados aos umbrais dos portões senhoriais. O gato, também. A vaca de leite em contraste com a cabra. O cavalo em contraste com a mula. E o pavão, cujo leque dourado tornou-se tão simbólico de casa nobre como o penacho da palmeira-imperial.”⁴⁸

Assim como o comércio leiteiro, o de suínos também sofreria severa repressão a partir do governo “modernizador” de Pereira Passos. Nesse caso não só a criação como também a circulação deles pelas ruas da área central da cidade.

Dissemos a instantes que foram certas necessidades, mormente a de abastecimento, que contribuíram para a manutenção de hábitos rurais no centro da capital. Além disso, as atividades a eles ligadas faziam parte de um

⁴⁵ Apud VAZ, Lílian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. p. 34.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**, p. 351. (grifo meu).

⁴⁷ VAZ, Lílian Fessler. “Notas sobre o Cabeça de Porco”, In: **Revista Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, abril de 1986, nº 2. p. 31.

⁴⁸ FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 139.

substancial comércio, haja visto que a cidade via aumentar expressivamente a sua população desde a década de 1870. A demanda por gêneros agrícolas, portanto, só fazia aumentar. Entretanto, nem todas essas necessidades eram estritamente de ordem econômica, ou para o provimento de necessidades elementares de subsistência das pessoas. Algumas observações colhidas nos escritos do famoso cronista João do Rio nos fazem pensar sobre a possibilidade da conservação de hábitos agrícolas ter se dado em razão da manutenção de práticas culturais de determinados grupos sociais que habitavam aquela área.

Em *As Religiões do Rio*, o conhecido *flaneur* se dedica a revelar as características das religiões, não católicas, que povoavam as almas de muitos habitantes da cidade. Entre elas há grande destaque (praticamente metade do livro) para as religiões de origem africana. João do Rio escrevia que a população negra, que habitava maciçamente vários redutos do centro nessa época, notadamente os bairros de Gamboa e Saúde, dividia-se em “duas grandes crenças: a *orixá* (dos *minas*) e a *alufá* (dos *malês*)”. Os adeptos da primeira cultuavam o candomblé e os da segunda eram os “seguidores do Alcorão”. Em relação ao nosso tema em particular, há vários detalhes interessantes apontados nas descrições que o cronista faz sobre os rituais de candomblé dos *minas*. Em primeiro lugar, a utilização de animais para realização daquelas é uma constante. Os animais mais utilizados seriam galinhas, galos, cabritos, bodes, carneiros, jabotys e porcos. Um segundo aspecto é que todos os representantes (os “pais de santo”) dessas religiões entrevistados por João do Rio habitavam o centro da cidade e era ali mesmo que organizavam os seus rituais.

Não é demais lembrar que a área central do Rio, especialmente antes das reformas urbanas encetadas na cidade nas três primeiras décadas do Novecentos, era de forte presença negra. Esta se concentrava nas freguesias de Santa Rita, Santana, São José, principalmente as franjas do morro do Castelo. Eram áreas de grande circulação de pessoas, servindo, por isso, ao comércio ambulante e as áreas próximas aos morros se prestavam, desde os tempos da escravidão, “para esconderijo, disfarce, ocultamento dos olhares preconceituosos e repressivos”.⁴⁹ E o detalhe importante é que entre os negros havia o predomínio

⁴⁹ FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos Eugenio; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**: Arquivo Nacional, 2005. pp. 159-160.

do segmento nagô/ioruba, com seus ritos e comidas de santo, tão bem descritas por João do Rio e atestadas por estudos como o de Roberto Moura.⁵⁰

Mas havia outra razão para que a criação de animais e plantação de gêneros fosse visto por muitas pessoas não como um capricho, mas como algo fundamental na difícil arte de levar a vida. Gilberto Freyre captou com extrema argúcia um elemento que – junto com a escassez - era bastante sentido pelas populações urbanas das cidades brasileiras até a virada do século XIX: a falsificação dos alimentos adquiridos no comércio. Afirma ele que tanto a plantação quanto a criação de subsistência no interior das cidades agia exatamente no sentido de minorar os efeitos de tal problema, ao menos para os segmentos mais ricos da população, cujas propriedades tinham espaço suficiente.⁵¹

Mas como vimos anteriormente a convivência entre usos urbanos e rurais seria objeto de severa repressão por parte das posturas municipais criadas ao tempo do governo de Pereira Passos. As ações implementadas daí em diante no sentido de consolidar um modelo de civilização e modernidade na cidade do Rio de Janeiro já são suficientemente conhecidas. Não restam muitas dúvidas de que foi na sua administração que os usos rurais foram objetos de uma perseguição sistemática como jamais vista em nenhum governo anterior. Contudo, isso não nos permite dizer que a remoção do rural do centro da cidade tenha sido exclusivamente resultado de medidas arbitrárias desse governo. A configuração desse processo é muito mais complexa e ultrapassa em muito o estrito âmbito das preferências pessoais do chefe do executivo municipal ou da sua obstinação em concretizar “delírios modernizantes”.⁵² É preciso analisar o processo mais

⁵⁰ MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995. pp. 57, 87 e 103.

⁵¹ “O regime de economia privada dos sobrados, em que se prolongou quanto pôde a antiga economia autônoma, patriarcal das casas-grandes, fez do problema de abastecimento de víveres e de alimentação das famílias ricas, um problema de solução doméstica ou particular”. FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso...**, p. 283.

⁵² Citemos apenas o trecho deste importante testemunho de época, a comédia **O Badejo**, de Artur Azevedo, encenada pela primeira vez em 1898. Aqui o personagem João Ramos dá detalhes dos hábitos de consumo que muito se assemelham aos ambicionados e praticados pela elite carioca da *Béle Époque*, cujas raízes extrapolam em muito o período da administração Pereira Passos: “- O almoço com certeza vai custar-me uns duzentos mil-réis, afora os vinhos; mas se caso a Ambrosina, ainda é barato. Porem muito me custa a senhorita. Das minhas rendas a metade vai-se em vestidos, chapéus, leques e luvas. Espetáculos, bailes e concertos; ela casada, cessam tais despesas.” - AZEVEDO, Artur. **O Badejo**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

geral que tornava possível a concretização de tais delírios.⁵³ E tal processo atuava como uma incrível força no sentido de modificar o metabolismo das cidades e, por consequência, a própria experiência de diversos segmentos sociais e as relações tecidas no e a partir do território urbano. E esse processo é o da consolidação das relações capitalistas de produção no país, como um todo, e na cidade do Rio de Janeiro, em particular. E a base fundamental desse processo é a consolidação de um “sistema geral de exploração das propriedades da natureza e do homem”, como diria Marx, onde eles – os homens (e as mulheres) - só têm condição de satisfazer suas necessidades, mesmo a mais banal delas, subordinando-se aos seus princípios. Os quais residem concretamente no seguinte fenômeno – a transformação da terra, do dinheiro e da capacidade humana de trabalho em mercadoria. Fenômeno este de impacto fundamental em favor da alteração do metabolismo social.

Parece-me que é a partir da consideração desse processo mais geral que é possível avaliar com maior precisão uma questão que ainda permanece em aberto: como e por que a convivência rural-urbano passa a ser vista como algo inaceitável? A questão de se saber como os usos rurais passam a ser entendidos como impróprios ao espaço urbano, seja pelas autoridades encarregadas da administração da cidade seja pelas “pessoas do povo”, parece estar implicada num processo cujas raízes extrapolam em muito o recorte temporal do presente estudo e que tem a ver com a consolidação de um saber médico que possui como um de seus eixos de articulação a formulação e imposição de medidas de higiene e salubridade sobre as formas de vida cotidiana das populações das cidades. Mas esse saber médico se impõe na medida em que o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista cria a necessidade de oferta constante da mão de obra livre no mercado. Nesse sentido, as reformas sanitárias e a consolidação de um discurso higienista estão intimamente ligados às necessidades de reprodução da mão de obra em um sistema capitalista. Daí a grande ofensiva contra a criação de vacas e porcos, o seu trânsito pelas ruas da cidade, as medidas contra a adulteração do leite de vaca e o esforço da municipalidade em empurrar os estábulos para os lugares mais distantes dos subúrbios: tais criações eram

⁵³ Conforme Marx observa em “Salário, Preço e Lucro”, o móvel das desigualdades do modo de produção capitalista reside menos na ganância do capitalista, é sim no sistema de relações sociais que assegura o poder que ele tem de extrair sobre-trabalho dos trabalhadores. Marx, K. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

importantes focos de doenças que ameaçavam a “saúde” dos habitantes das áreas urbanas, o que podia comprometer essa valiosa “mercadoria”: sua capacidade de realizar trabalho.

É preciso lembrar que atuando contra essas pequenas criações de animais e contra o cultivo de hortas, por exemplo, a Municipalidade provavelmente tivesse a consciência de que assim agindo ela estaria atingindo dois alvos: primeiro: inviabilizar formas tradicionais de consumo alimentar ligados aos setores populares, o que era essencial para que continuassem habitando aquela área; segundo: abrir espaço para a exploração do abastecimento alimentar da população pelo grande capital comercial. Jaime Benchimol lembra que enquanto baixava estas determinações, o governo de Pereira Passos “promovia a construção de mercados na cidade”, o que atendia a interesses ligados “ao poderoso comércio atacadista do Rio e ao capital estrangeiro”.⁵⁴ A ligação dessas medidas com a expansão do capital – mais especificamente, a capitalização da esfera do consumo de gêneros alimentícios – evidencia-se, portanto, de maneira límpida.

Há que se considerar também a influência exercida pelo capital imobiliário, que assim como tem peso decisivo na desapareição das chácaras no perímetro urbano, também atua de maneira eficaz na desarticulação das práticas rurais naquele contexto. A consolidação desta modalidade de mercado contribuiu para a constituição de novas formas de apropriação do espaço da cidade, sempre no sentido de fazer com que cada metro quadrado fosse o mais lucrativo possível.

Mesmo em localidades mais distantes da “cidade” (a zona urbana) já era possível ver a lógica capitalista se insinuando sobre as terras da região. Notem que neste anúncio, embora se enfatize o valor de uso do terreno, representado por suas potencialidades agrícolas, a sua potencialidade enquanto valor de troca não deixa de ser destacado ao final do texto:

GRANDE LEILÃO DE TERRENOS E CASAS (...) Estação de S. Francisco Xavier.

Os magníficos terrenos sitos no lugar acima já são bem conhecidos do publico para que delles se faça qualquer elogio.

Para de um momento se avaliar a sua importância e conhecer-se as grandes vantagens que offerecem a todos aquelles que queirão tirar algum partido, basta fazer uma viagem no trem de ferro. Em alguns lotes já se achão bellos edificios collocados e lugar donde se desfructa o panorama mais agradável daquelles lugares. A grande porção de arvoredos que se acha derramada pelos terrenos, como seião: mangueiras, laranjeiras, limoeiros, araçazeiros,

⁵⁴ BENCHIMOL, Jayme Larry. Op. cit., p. 283. Informa-nos o autor: “Em 4 de julho de 1903, foi revalidado o contrato com Manuel Costa (de 4 de Setembro de 1900) para a construção e exploração de 15 pequenos mercados na zona urbana e suburbana do Distrito Federal.” (idem)

bananeiras, etc., etc., dão um valor e utilidade que já sabem avaliar aqueles que têm gozado as delicias do campo; duas grandes pedreiras que se achão collocadas nos terrenos, augmenta-os de valor para quem quizer edificar.

Outra marca importante desse anúncio é a noção de sistema que começa a se consolidar nas transações de terra: “Em 10 minutos distante da estação da corte póde-se ter uma chácara onde com diminuto dispendio de transporte se goza o ar mais puro dos nossos arrabaldes”.⁵⁵ Um terreno não vale só por ele mesmo, isto é, pelo seu valor de uso. O seu valor também é determinado pelo modo de inserção no sistema de produção e relações viabilizados pelo Capital. Assim passa a ser importante considerar se os terrenos em vista são atendidos por serviços urbanos (luz, água, esgoto e transporte), a sua distância em relação à “cidade” (onde o capital está concentrado), ou seja, elementos externos que contam em muito para a sua valorização em termos de mercado imobiliário.

O próprio mercado imobiliário atuava de forma seletiva, tornando obsoletas e fora de contexto a existência de atividades rurais no perímetro urbano. A produção do espaço passava a se dar agora por meio de parâmetros racionais próprios do capitalismo. Os compromissos estabelecidos em função de uma economia escravista – e na qual a mistura de usos urbano e rural encontrava sentido – estavam se esgotando em razão das próprias transformações por quais passava a cidade. Não só o espaço mudava, mas a relação com esse espaço também. A visão da via pública como um espaço de sociabilidade, de encontro, de lazer, perdia força num contexto em que ela passava a ser pensada prioritariamente como meio de circulação de mercadorias. Circulação esta, diga-se de passagem, concebida nos termos do capitalismo industrial e financeiro, no qual as necessidades de transportes são elas mesmas objeto de crescente mercantilização e que nada tinha a ver com as modalidades de transporte típicas do período escravista, tornando anacrônicas e insustentáveis a utilização de bois, o trânsito de vacas, de porcos e de perus, ou a livre-circulação de vísceras de reses pelas ruas etc. Ou seja, a consolidação de uma economia de mercado implicou na produção de uma nova racionalidade e disciplinarização do espaço público.

Dentro desse aspecto há que se considerar também a própria intensificação do comércio de gêneros alimentícios da cidade com áreas mais distantes, como

⁵⁵ **Jornal do Commercio**, 7 de janeiro de 1862. p. 8.

São Paulo, Minas Gerais e até Rio Grande do Sul. Fato este que era proporcionado pela expansão dos transportes ferroviário e marítimo (especialmente o de cabotagem). E que era fruto da crescente internacionalização da economia brasileira, a qual se beneficiava da gigantesca exportação de capitais das potências capitalistas, principalmente a britânica. Decerto que há que se levar em consideração também fatores conjunturais, como o papel decisivo exercido pelo Governo Federal nas transformações operadas no Rio daquela época. Vide as discussões sobre reformas radicais na cidade. As quais remontam ao Segundo Império, com a participação de políticos, sanitaristas e engenheiros. Mas foi o decisivo empenho do governo de Rodrigues Alves, que encontrou as finanças “saneadas” por Campos Salles, que fez com que uma série de propostas de melhoramentos tenham saído do papel. Meta importantíssima dentro do plano estratégico que o governo federal tinha reservado à cidade, tornando-a a porta de entrada de capitais internacionais no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão aos usos rurais no interior da cidade e o conseqüente processo de *desruralização* foram apenas uma etapa de um longo processo de consolidação dos fundamentos de uma economia de mercado na cidade do Rio de Janeiro.

Em termos gerais a forma como tal processo se expressa na cidade do Rio de Janeiro visará fundamentalmente consolidar relações e formas de produção centrados na transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadoria. Fenômeno este que se assenta na total subordinação dos valores de uso destes elementos aos valores de troca que eles podem adquirir no circuito de expansão do capital. Tendo por referência as reflexões de István Mészáros (o qual se inspira em Marx), podemos afirmar que se encontra em gestação aqui um novo *sistema de metabolismo social*, a regular todas as formas de sociabilidade do homem com o meio e com os outros seres sociais.⁵⁶

Seu caráter totalizante e dominante deve em muito à finalidade essencial desse tipo de lógica societal, que é a de “expandir constantemente o valor de troca, a qual todos os demais – desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção,

⁵⁶ MÉSZÁROS, István. Op. cit., p. 117.

materiais e culturais, - devem estar estritamente subordinados”.⁵⁷ Como bem comentam Marx e Engels em seu *Manifesto Comunista*: “Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar. Tudo que era sólido e estável se esfuma...”.⁵⁸ E aquele Rio de Janeiro, na transição entre o século XIX e XX, via necessidades e demandas tidas como frugais até meados do Novecentos serem progressivamente tragados pela lógica de mercado: esta passava a ditar a forma de obtenção do leite do café da manhã, do ovo do almoço, das frutas do final de tarde, do frango do jantar, da carne de porco das celebrações de fim de semana. O que era viabilizado também pela gradativa desapareição das chácaras do centro e dos arrabaldes da cidade. Antes era este mesmo espaço que permitia não só o cultivo e criação agrícolas, como o controle da produção por parte dos produtores diretos. A imposição da obrigatoriedade da compra desses alimentos no mercado expressava também a supressão de uma economia urbana doméstica assentada no trabalho escravo e que tinha nas chácaras a sua forma de territorialização por excelência.

Assim, dois setores da economia de mercado conquistariam um significativo triunfo: o mercado imobiliário e o setor atacadista ligado ao comércio de gêneros. O mercado, assim, estendia suas garras não apenas sobre a terra, mas sobre a própria necessidade dos homens e mulheres de se alimentarem. Cumpria-se no plano da vivência concreta (na paisagem urbana do Rio) um dos princípios basilares do sistema de determinações do Capital, que é o do “aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio”.⁵⁹

Mas tal processo terá que lidar com estruturas sociais legadas pelo processo de formação sócio-histórica da cidade. A principal delas será, sem dúvida, todo um universo de práticas, símbolos e relações sociais forjados no contexto de uma economia escravista. Os rituais de origem africana acima descritos seriam um exemplo marcante – entre tantos outros. Em torno e a partir de muitos deles vários segmentos das classes populares articulariam demandas, desafios e

⁵⁷ Ibidem, p. 14.

⁵⁸ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “O Manifesto Comunista”, In: **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

⁵⁹ ANTUNES, Ricardo. *Op. cit.*, p. 28.

resistências a esse processo social de espoliação. Basta pensarmos no comércio de gêneros, que era uma importante fonte de sustento para ampla parcela da população pobre da cidade, seja por meio da venda de animais de pequeno porte (galinha, porco, cabra), de capim, de frutas (banana, goiaba), legumes, leite ou ovos.

Contra isso se voltaram várias reformas urbanas adotadas na cidade, principalmente a partir da instauração das primeiras administrações republicanas. Com isso as tradicionais formas e meios aos quais recorriam as camadas populares para obter a sua subsistência eram inviabilizadas no espaço urbano da cidade. Mas não de todo. A forma como as classes pobres constituíram suas formas precarizadas de moradia (as favelas são o mais notório exemplo) demonstram quanto o legado da escravidão estabeleceria sérios limites às leis gerais do Capital no plano da práxis histórica.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSIS, Machado de. **A mão e a luva**. São Paulo: Catania editora, s.d.
- _____. **Iaiá Garcia**. São Paulo: Ática, 1973.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 1997.
- AZEVEDO, Artur. **O Bajejo**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann Tropical**. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: SMCTE/DGCIC/DE, 1992.
- BERGER, Paulo. **Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro – I e II Regiões Administrativas (Centro)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Ed. Ltda, 1974
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- CAVALCANTI, Nireu. **A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores (1710-1810)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CRUZ, Alline Torres Dias da. **Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901-1920)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- EDMUNDO, Luiz. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis (1763-1808)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- FARIAS, Juliana; SOARES, Carlos Eugenio; GOMES, Flávio dos Santos. **No labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- FAZENDA, Vieira. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. **O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)**. Niterói: EdUFF, 2006.
- FINLEY, Moses I. **La Grecia Antigua**. Economia y sociedad. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- _____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros estudos sobre São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.
- LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MELLO, Mello. **História da trasladação da corte portuguesa para o Brasil em 1807-1808**. Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial, 1872.
- MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura. Depto. Geral de Doc. E Inf. Cultural. Divisão de Editoração, 1995.
- OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial**. Brasília: EBRASA, 1971.
- PAIXÃO, Cláudia Miriam Quelhas. **O Rio de Janeiro e o morro do Castelo: populares, estratégias de vida e hierarquias sociais (1904-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- RIO, João do. **As Religiões no Rio**. Rio de Janeiro: Gazeta de notícias, 1904.
- _____. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1911.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. “Evolução urbana e arquitetônica do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII (1567-1699)”, **Revista IHGB**, v. 288, julho-set. 1970.
- RODRIGUES, Vitor Lima. **Revisitando os semeadores de cidades: visões sobre as cidades coloniais portuguesas no Brasil**. Niterói, Trabalho de Conclusão de Curso em História, 2009.
- SILVA, Lúcia. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do castelo e da praça onze 1920-1945**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Divisão de Editoração, 2006.
- VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.